



O papel social da biblioteca universitária: percepções dos bibliotecários do SIB-UFRPE sobre ações afirmativas para inclusão de estudantes indígenas e quilombolas

The social role of the university library: perception of SIB-UFRPE libraries on affirmative actions for inclusion of indigenous and quilombola students

Sílvia Letícia da Silva Ferreira, Universidade Federal Rural de Pernambuco –
silvialeticia.ufrpe@gmail.com

Rodolfo Araújo de Moraes Filho, Universidade Federal Rural de Pernambuco –
rodolfoamfilho@yahoo.com.br

José de Lima Albuquerque, Universidade Federal Rural de Pernambuco – jose.limaa@ufrpe.br

Maria Wellita Bezerra dos Santos, Universidade Federal Rural de Pernambuco –
wellbastos2@yahoo.com.br

Debora Nathalia Araujo Vilela, Universidade Federal Rural de Pernambuco –
deboravilelape@hotmail.com

Eixo 1- Não deixar ninguém para trás

1 INTRODUÇÃO

É perceptível conceber, na realidade hodierna, a biblioteca como um organismo adaptável e em constante transformação, visando a atender às demandas relevantes para a sociedade, bem como cumprir o seu papel enquanto estrutura. Santa Anna (2018, p.1) explica que “das páginas em argila às páginas da internet, a biblioteca vem servindo o ser humano, principalmente quanto às atividades de organização, tratamento, preservação e disseminação da informação produzida na sociedade”. Dependendo de em qual comunidade específica uma biblioteca está inserida, sua tipologia muda e suas funções perante tal comunidade são diferentes. Santa Anna, Pereira e Campos (2015, p.172) explicam que a biblioteca universitária costuma agir por meio da disponibilização de produtos e serviços informacionais, atendendo às necessidades e expectativas da comunidade usuária.

A biblioteca deve possibilitar o conhecimento cultural, realizações científicas e promover o diálogo entre culturas e a diversidade cultural, uma maneira congruente de promover o diálogo e a compreensão da diversidade cultural, ensejando inclusão e conhecimento, bem como o respeito às ações afirmativas. Consideram-se, aqui, as ações afirmativas enquanto:



Políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de classe ou de casta. (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 1).

Tomam-se por base as definições e proposições estipuladas acima, tanto no que concerne ao papel social da biblioteca e à necessidade de adaptação a sua tipologia, definida pela comunidade em que está inserida; quanto na implantação de ações afirmativas no cumprimento desse papel. O que se propõe aqui é “Investigar as percepções dos bibliotecários (as) do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB, a respeito das Ações Afirmativas que ensejam a inclusão de povos oriundos de comunidades indígenas e quilombolas na UFRPE”. Além do arcabouço teórico da literatura, a alegação proposta aqui é baseada nas opiniões dos bibliotecários, recolhidas por meio da aplicação de um questionário eletrônico constituído de 10 questões, entre fechadas e abertas, e suas análises.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se falar em ações afirmativas, principalmente no que concerne ao ensino superior, é comum pensar na lei de cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que determinou que as universidades, institutos e centros federais reservassem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. Mas ações afirmativas não se resumem a leis de cotas, nem são obrigatoriamente firmadas pelo Estado.

Souza (2005, p. 2) estabelece o primeiro uso do termo ‘ações afirmativas’ na Grã-Bretanha, pautado no Movimento Europeu Cooperativista, que buscava a equidade para conter o tratamento diferenciado dado a trabalhadores sindicalizados, que sofriam com demissões, retaliações e eram preteridos nas contratações das empresas.

A origem das ações afirmativas nos Estados Unidos advém de lutas raciais. A década de 1950 marcou o início dos movimentos contra a segregação, como o de Martin Luther King, apoiando ações de desobediência civil contra o sistema de governo. Chamamos a atenção para o ocorrido em 1964, quando a Suprema Corte reconheceu a segregação existente no caso *Brown v. Board of Education*, e autorizou a entrada de negros na universidade do Alabama.



Experiências de ações afirmativas ocorreram, também,

Em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se frequentemente a expressão **ação ou discriminação positiva**. Em 1982, a **discriminação positiva** foi inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Europeia. (MOEHLECKE, 2002, p. 199).

No Brasil, um dos exemplos de ação afirmativa ocorreu na década de 1960, com a Lei nº 5465, de 1968, que regia:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio. (BRASIL, 1968, p.1)

Vale ressaltar que as ações afirmativas não se limitam somente a questões raciais, como pensa o imaginário popular. Elas visam a sanar questões de desigualdade geradoras de preconceitos negativos, que são estruturais; baseia-se, principalmente, na garantia de equidade obrigada nos textos constitucionais. E suas aplicações partem do reconhecimento de que estabelecer leis garantindo o tratamento igual não promove, necessariamente, a equidade, mas que ela pode ser promovida se for proporcionada a igualdade de condições.

É função reconhecida da biblioteca universitária a disponibilização de produtos e serviços informacionais, atendendo às necessidades e expectativas da comunidade usuária. No que concerne ao atendimento das necessidades de seus usuários, é interessante que a biblioteca possa antecipar tais necessidades, fornecendo informações, que, algumas vezes, eles não sabem que precisam.

Atuar, no que concerne às relações étnico-raciais e à inclusão de comunidades indígenas e quilombolas, pode parecer distante da função de uma biblioteca universitária. Entretanto, também é função da biblioteca ajudar os seus usuários a entender a sua sociedade e onde eles estão inseridos nela. A esse respeito, vejamos o que aponta Santa Anna:



A literatura apresenta grande quantidade de discussões a respeito das diversas funções exercidas pela biblioteca na modernidade. No mundo contemporâneo, diversos estudos - como em Almeida Junior (1997), Milanesi (2002), Fonseca (2007), Bernardino e Suaiden (2011), Santa Anna, Gregório e Gerlin (2014), dentre outros - confirmam a função informacional e educativa, mas também reconhecem o papel social da biblioteca, de modo que essa unidade e sociedade sejam cúmplices na produção de conhecimento e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. (SANTA ANNA, 2018, p. 3).

Outro documento norteador a respeito do papel social da biblioteca é o manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas, que, dentre outras coisas, explica que é função da biblioteca “promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas”, bem como “fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1994, p. 2). Uma das formas coerentes de promover o diálogo intercultural e, conseqüentemente, a inclusão e conhecimento e, por sua vez, o respeito à diversidade cultural são as ações afirmativas.

Diante desse contexto, em que se defende a aplicação de ações afirmativas para a inclusão de comunidades indígenas e quilombolas, pode-se passar para um questionamento também importante, afinal, o que as bibliotecas universitárias podem fazer? Aqui, considera-se que a biblioteca pode cumprir sua função de forma integral e, reconhecendo a marginalização dessas comunidades, trabalhar para que sua inclusão seja efetiva.

Um exemplo que cabe ressaltar é o da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A biblioteca possui um acervo de referência, que “reúne livros, dissertações, vídeos e documentos relacionados aos aspectos históricos, culturais, socioeconômicos e educacionais dos afrodescendentes e indígenas - especialmente Guaranis.” (MATTOS, 2008, p. 239).

O que se quer esclarecer aqui é que ações afirmativas para o auxílio à inclusão de quilombolas e indígenas não são algo fora da área de atuação da biblioteca universitária – ou de qualquer biblioteca –, mas justamente o contrário. Mattos (2008, p. 249) diz que “sendo a biblioteca um espaço plural, ela deve apresentar, através da composição de seu acervo e atividades a serem desenvolvidas, todas as culturas existentes”.



Fala-se sobre integrar nas atividades da biblioteca as ações afirmativas aqui tratadas, que podem ser: a promoção de grupos de leitura e rodas de discussão sobre essas comunidades, integrando alunos da universidade que pertençam a comunidades indígenas ou quilombolas e deixando que eles falem; organização de um acervo específico que resgate conhecimento sobre essa população, sua história e contribuição, indispensáveis para a construção da sociedade brasileira; fazer um atendimento direcionado, que traga conhecimento sobre a universidade e o direito de acesso a ela por membros dessas comunidades – afinal, disseminar informação é, também, papel da biblioteca.

Ou seja, as ações afirmativas para a inclusão de indígenas e quilombolas a serem realizadas na biblioteca não são um caso de “O que vamos fazer? ”, como a ausência delas faz parecer; mas uma questão de “Como vamos fazer? ”. O que falta é direcionamento e vontade, mas as possibilidades, e até a obrigação, já existem.

O SIB da UFRPE é composto por 07 (sete) bibliotecas, sendo a Biblioteca Central e a Setorial, localizadas na Sede no Recife, vejamos na distribuição na tabela1.

Tabela 1 - Composição do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	BIBLIOTECA
Sede	Recife	Biblioteca Central Prof. Mário Coelho de Andrade Lima
Sede	Recife	Biblioteca Setorial Manuel Correia de Andrade
Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UAST	Serra Talhada	Biblioteca Vanete Almeida
Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho - UCSA	Cabo de Santo Agostinho	Biblioteca Esmeraldina Pereira da Silva
Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas	São Lourenço da Mata	Biblioteca Professor Roldão de Siqueira Fontes
*UFAPE	Garanhuns	Biblioteca Central Ariano Suassuna
Unidade Acadêmica de Belo Jardim	Belo Jardim	Biblioteca da Unidade

Fonte: Site do SIB, adaptação dos (as) autores (as) (2022).

*Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Nesse contexto, é necessário repensar o papel da BU no contexto inclusivo, dialógico, construtivo, interativo, multicultural, mediador na inserção de estudantes advindos de comunidades indígenas e quilombolas nesse universo acadêmico, que deve ser olhado e, principalmente, ouvido.



Em Oliveira e Cranch, já vislumbravam sobre as bibliotecas universitárias, em seu artigo, que:

Ela deve ser um lugar de disponibilização, divulgação, produção e compartilhamento de conhecimento. Muitos tradicionalmente classificam a biblioteca como um setor de suporte ou apoio para as atividades universitárias, porém seus profissionais podem trazê-la para uma visibilidade, mais central incorporando aspectos pedagógicos, culturais, políticos e sociais no seu fazer biblioteconômico cotidiano. (OLIVEIRA; CRANCH, 2017, p. 7).

Na tabela 2, podemos visualizar melhor como estavam distribuídos os discentes oriundos das comunidades indígenas e quilombolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco em 2021, com situação ativa matriculado.

Tabela 2 – Distribuição de alunos Indígenas e Quilombolas na UFRPE

UNIDADES	INDÍGENAS	QUILOMBOLAS
UAST	89	67
SEDE	18	10
UACSA	02	06*
UABJ	04	-
UAG	01	-
UAEADTec	19	-
TOTAL	133	83

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria de Tecnologias Digitais da UFRPE (2021).

*alunos considerados ativos (matriculados, porém trancado, intercâmbio).

**Unidade Acadêmica de Educação a Distância em Tecnologia.

Sustentemos que a biblioteca universitária, seja ela pública ou privada, precisa permitir, proporcionar e dar ênfase à pluralidade cultural, criando políticas voltadas que valorizem a diversidade sociocultural, bem elencada no artigo de Gerlim, Fraga e Rosemberg, os quais lembram que a preocupação com:

O reconhecimento e valorização da diversidade dos povos; a adequação dos conteúdos disponibilizados às peculiaridades locais; o uso de práticas bibliotecárias contextualizadas; a gestão democrática; a possibilidade de diferentes formas de organização das atividades bibliotecárias; a promoção do desenvolvimento sustentável e do acesso à informação e aos bens sociais e culturais, assim como de proporcionar meios para aprendizagem de diversos conteúdos. GERLIM; FRAGA; ROSEMBERG, 2013, p. 8)

A significativa troca de experiências, valores e saberes entre os povos, grupos e comunidades será a verdadeira essência da dimensão do trabalho que o sistema integrado pode vir a realizar com o trabalho bibliotecário agente inclusivo. Encontramos uma representação que reflete o pensamento de que:



É certo que as bibliotecas universitárias devem ser ambientes acolhedores para os estudantes aos quais possam recorrer na busca de orientação e apoio em seu processo de formação. Deve ser também um ambiente em que eles se vejam intelectual, cultural, socialmente representados, e emotivamente incentivados a frequentar e acessar seus recursos. Os serviços prestados pelas bibliotecas são vitais para a melhor gestão das universidades nestes tempos de mudanças, bem como para a formação dos estudantes e para o aprimoramento da qualidade profissional dos egressos das universidades. Enquanto lugar de gestação e compartilhamento de saberes, a biblioteca é um bem coletivo, inclusivo e promotor da cidadania. (OLIVEIRA; CRANCH, 2017, p. 12).

É necessário dizer que, para que tudo isso aconteça, é preciso que bibliotecários analisem, de forma permanente, as suas atividades de trabalho, em prol do processo dialógico socializado, com o objetivo de acrescer o seu poder de agir em benefício da qualidade do cenário laboral e do desenvolvimento da vida da população envolvida, direta e indiretamente, próxima das unidades de informação em que o sistema atua.

3 MÉTODOS DA PESQUISA

Estudo de caráter classificatório em um estudo teórico-empírico, partindo de conceitos teóricos em busca da aplicação prática, **pesquisa aplicada**, de abordagem de natureza **qualitativa**. No entanto, nas questões fechadas, houve a representação gráfica, gerada pela plataforma utilizada na pesquisa, traçando os perfis dos participantes quanto a alguns aspectos, esses configurados no estudo completo. Enquanto que, nos níveis da pesquisa **exploratório** e **descritivo**, a partir do uso de materiais bibliográficos existentes na literatura impressa e virtual, por meio de uma **pesquisa documental**, realizada em bases de dados do Portal de Periódicos CAPES, sites hospedados no *Google*, em revistas (artigos), livros físicos e *e-books*. Quanto às fontes, essas advindas de dados de fontes primárias por meio das falas/respostas dos participantes interpretados, adotou-se como instrumento de coleta de dados a aplicação de um **questionário eletrônico**. Usou-se a ferramenta do *Googleforms*, composto por 10 perguntas (abertas e fechadas), organizadas visualmente de forma dinâmica. Buscou-se uma comunicação equilibrada, inclusiva, que dialogasse com o participante em todo o percurso situacional de preenchimento.

Para garantir a qualidade do instrumento de coleta de dados da pesquisa, foi aplicado um pré-teste com um pequeno grupo de atores sociais, possivelmente, com



o mesmo perfil dos participantes da investigação. Foi solicitado ao grupo um *feedback*, sobre a experiência, possíveis sugestões, dificuldades enfrentadas.

A distribuição do *link* de acesso ao questionário foi feita via e-mail e, logo depois, alguns reforços via mensagens *WhatsApp*, tanto como lembrete, quanto como acesso mais prático de envio, já que, quando utilizado, os retornos foram mais rápidos, o prazo para recebimento das respostas previsto em 08 (oito) dias corridos. Aplicado à comunidade de bibliotecários (as) da rede SIB-UFRPE, o questionário permitiu que, de acordo com as respostas dos participantes, esses fossem direcionados a uma nova pergunta. Isso só aconteceria dependendo da resposta do participante, portanto, alguns responderam ao menos mais questões quanto outros. E, na análise e interpretação dos dados, utilizou-se a fundamentação metodológica, ancorada na **Análise de Conteúdo Categórica**, proposta por Lawrence Bardin. Na interpretação dos resultados, além de escrita, foi representada por meio de gráficos e tabelas. A “estatística descritiva” foi necessária para analisar as perguntas fechadas, pois não se poderia perder a riqueza dos dados.

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os sujeitos da pesquisa foram os bibliotecários (as) que fazem parte do SIB-UFRPE. Percebeu-se que, antes do tempo previsto de recebimento de todas as respostas, duraram 06 dias, e não 08 oito, que seria o período limite, com retorno de resposta de 100% dos participantes. Para as questões fechadas, optou-se pela divisão em fases: **Fase I** – Dados dos profissionais participantes; **Fase II** – Conhecimento e experiência sobre o tema; e **Fase III** - Papel Social da Biblioteca Universitária e as Ações Afirmativas. Por meio da Análise de Conteúdo Categórica, obtivemos os dados qualitativos das duas questões dissertativas: “No que tange às ações afirmativas, especificamente, para indígenas e quilombolas, você conhece alguma ação implementada pela UFRPE? E a opinião sobre o “Papel social da biblioteca universitária perante estudantes indígenas e quilombolas?”. A seguir, os resultados estão sintetizados na tabela 3, referente à fase I do questionário, os dados gerais (demográficos).



Tabela 3 – Fase I: Dados gerais dos participantes

Faixa Etária	Gênero	Unidade Lotação	Tempo de Atuação	Exercício da Função
43,5% entre 30 e 40 anos, representaram a maior parte	Feminino, sendo 82,6% e o restante do gênero masculino com 17,4% , para a opção: Prefiro não dizer, não obtivemos resultados	60,9% lotados na Sede e os demais com um pouco menos de 8,7% para as demais unidades	Acima dos 80% abaixo dos vinte anos de profissão. Resultou-se que mais de 50% dos profissionais têm mais de dez anos de trabalho.	100% dos respondentes já atuaram na função bibliotecário (a) em outra unidade de informação e não somente na UFRPE

Fonte: os (as) autores (as) (2022).

Nessa segunda fase, representada na tabela 4, são abordados os retornos, por meio da porcentagem nas questões sobre o conhecimento da temática tratada na pesquisa e suas experiências quanto ao tema.

Tabela 4 – Fase II: Conhecimento sobre a temática e suas experiências

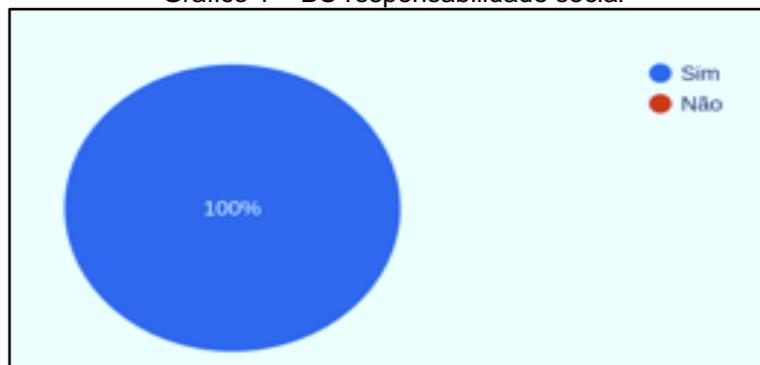
Conhecimentos sobre Ações Afirmativas	Implementações de Ações na UFRPE	Ações implementadas pelo SIB	Ações implementadas em outras instituições
Sim, Não e Talvez, pode-se perceber que 13% dos participantes não sabem o que são ações afirmativas, seguidos do empate entre o Sim e Talvez, atingindo 43,5% para cada opção dos resultados	Pouco mais de 43,5% dos participantes desconhecem ações implementadas na UFRPE, enquanto 56,5% estão cientes das ações implementadas na universidade.	Maior índice atingido quando se tratou do conhecimento sobre as ações implementadas no SIB - UFRPE, ou seja, 100% desconhecem qualquer ação afirmativa implementada pelo SIB.	Proximidade com alguma ação em outra unidade foi de 91,3% deles não tiveram a oportunidade trabalhar com alguma ação.

Fonte: os (as) autores (as) 2022.

Na última questão da fase II, no gráfico 1, sobre a responsabilidade da BU e sua atuação na implementação de ações afirmativas que possibilitem a inclusão de indígenas e quilombolas na universidade, a pergunta obteve um resultado unânime com o reconhecimento de 100% de que “sim, a biblioteca universitária é responsável por implementar ações que ensejam essa inclusão, por meio do seu papel social, multicultural e plural”.



Gráfico 1 – BU responsabilidade social



Fonte: adaptação dos (as) autores (as) 2022.

Essa fase III e última, realizada na pesquisa apresentada, culmina com o sentido real da escrita deste estudo, quando se ouve, de fato, o que os participantes têm pensado sobre a temática, por meio de seus relatos, respondendo duas questões abertas já mencionadas no início dessa seção. Serão apresentadas, de forma breve, visto o objetivo deste material. Aplicou-se uma adaptação ao método de análise de conteúdo categorial, respeitando as normas descritas propostas pela a autora Bardin em suas fases: pré-análise; exploração do material e tratamento (inferências/interpretação).

Análise da questão “No que tange às ações afirmativas, especificamente, para indígenas e quilombolas, você conhece alguma ação implementada pela UFRPE? Pode ser em qualquer um dos campi”: dissertação dos bibliotecários que responderam **SIM**. Dada a natureza específica da questão, a unidade de registro a ser categorizada foi a ação enunciada por cada participante, observando como contexto a unidade frasal em que tal enunciado foi feito. Como a leitura flutuante identificou que nem todas as respostas incluem a citação de uma ação afirmativa, cabe destacar que, nos casos em que isso ocorre, a análise baseou-se no conteúdo integral da resposta. A tabela 5 apresenta as ações afirmativas citadas pelos participantes na sua escrita original.

Tabela 5 – Ações afirmativas citadas

1	AÇÃO CULTURAL DA BIBLIOTECA DA UAG
2	bolsas de permanência estudantil para alunos indígenas e quilombolas
3	produção e salvaguarda dos depoimentos orais e audiovisuais, além da execução de pesquisa e extensão no campo das Histórias das Crianças e dos Adolescentes no Nordeste.
4	COTAS UNIVERSITÁRIAS
5	projetos com as comunidades quilombolas de Garanhuns
6	É a Resolução 281/2021 do Consu
7	Bolsa permanência
8	Na verdade, sei que existem algumas ações..., mas não sei quais



9	Assistência estudantil
10	Política de ações afirmativas

Fonte: os (as) autores (as) (2022).

Quanto à opinião sobre o “papel social da biblioteca universitária perante estudantes indígenas e quilombolas”, a categorização e a codificação foram feitas por meio da identificação na **análise dos verbos e conjugação**, as unidades de registro, por meio do **sujeito ou quem sofre a ação – com forma de uso**. Por fim, houve o agrupamento das 23 respostas dos participantes, **predicado ou o que se fala**. A partir disso, são excluídas as considerações mais promissoras da perspectiva de sua relação com o objetivo do trabalho. As inferências foram apresentadas em pontos, buscando construir uma hipótese que responda à questão de pesquisa estabelecida, onde tivemos, ao final, seis pontuações.

É fundamental que fique clara a parcialidade advinda que uma análise, qualquer que seja, pode apresentar. Dito isso, cabe assegurar que a proposição do trabalho foi uma investigação, que, culminada em uma explanação honesta, é um objetivo que se considera alcançado até aqui.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal objetivo investigar as percepções dos profissionais bibliotecários pertencentes ao Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, quanto ao papel social da biblioteca universitária na implementação de ações afirmativas que incluam estudantes indígenas e quilombolas na universidade, podendo essa participação da biblioteca ocorrer por meio dos serviços ofertados pelo setor ou como participante dos processos de inclusão nos programas já incorporados pela universidade.

As percepções dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa foram analisadas e discutidas através de estatísticas descritivas e da análise de conteúdo, essa última baseada na proposta de análise de Laurence Bardin. Um dos pontos mais interessantes na construção da análise envolveu a constatação de que o próprio termo – ações afirmativas – é, em seu significado completo e necessidade estrutural, desconhecido para a maioria dos bibliotecários. Um exemplo que fundamenta essa observação advém da pergunta que questiona o conhecimento de ações afirmativas



na UFRPE para inclusão de indígenas e quilombolas, em que 56,5% declarou não conhecer, sendo que, dos 43,5% que alegou conhecer, apenas um respondente citou as cotas universitárias.

É importante, entretanto, ressaltar que todos os métodos utilizados para a coleta e a análise não são fórmulas exatas, tendo o questionário algumas limitações, a análise de conteúdo tendo outras e o próprio processo sendo influenciado pela subjetividade humana. Dito isso, convém apontar que o assumido como maior dificuldade, que era a obtenção das respostas, foi a parte mais gratificante, já que o retorno foi de 100%. Em relação às expectativas dos resultados, o cenário encontrado não foi completamente otimista, mas o caráter exploratório da pesquisa dá-se, justamente, pela busca em compreender o que existe e como trabalhar a partir disso. Assim, considera-se, aqui, que a proposta do trabalho foi cumprida.

Espera-se, a partir daqui, incentivar outros trabalhos, em locais diferentes com metodologia semelhante ou no mesmo local, mas com uma abordagem mais intervencionista. No que tange à nossa postura a esse respeito, é um tema em que cabem mais estudos e muitas intervenções, visto que o abismo social que fomenta a desigualdade efetiva só pode ter sua distância minimizada através da educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.465, de 3 de julho de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos ensino agrícola, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

GERLIN, MeriNadia Marques; FRAGA, Aline Nunes; ROSEMBERG, Dulcinea Sarmiento. A biblioteca pública na sociedade multicultural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, SC: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento E Ciência da Informação, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1272>. Acesso em: 20 set. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. IFLA,



1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

MATTOS, Ana Maria. Análise de citações de teses como apoio à tomada de decisão no desenvolvimento de coleções de bibliotecas universitárias. **Perspectivas em ciências de informação**, v.14, n.2, p.239, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23627>. Acesso em: nov. 2021.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.117, p.197-217, nov. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de; CRANCH, Daniela Carvalho. O papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.27, n.2, p. 35-47, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32654/18343>. Acesso em: 24 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Universidade Estadual do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Educação. **O que são ações afirmativas?** 2018. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca universitária e sua intervenção no contexto social: fomentando práticas multifuncionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 449–469, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8337>. Acesso em: 2 out. 2021.

SANTAANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Compartilhamento de informações e conhecimentos em biblioteca universitária: cooperação interbibliotecária em face das novas tecnologias. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 170-184, ago. 2015. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/986>. Acesso em: 14 set. 2021.

SOUZA, Arnaldo Santos de. Ações afirmativas: origens, conceitos, objetivos e modalidades. *In*: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 8., Salvador, BA. **Anais** [...]. Salvador, BA, 2005. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2356/1/A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.